

PRÉDIO NA ROTA DOS AVIÕES

# Juiz dá prazo para demolir andares

Proprietário do edifício Villa di Capri tem até sábado para desocupar o imóvel do 4º ao 6º andar para início do processo de demolição

Dayane Freitas

O prazo foi dado: sábado é o último dia que o proprietário do edifício Villa di Capri, na rua Jacinto Bresciani, no Bairro República, em Vitória, tem para desocupar o imóvel, que será demolido do quarto ao sexto andar.

O prédio, que só poderia ter até três andares, está na rota dos aviões que chegam e partem do aeroporto de Vitória, e os três últimos pavimentos “construídos sem autorização da prefeitura prejudicam pousos e decolagens”, segundo a Justiça.

“O aeroporto está operando com redução da cabeceira da pista em 433 metros, e há risco de colisão aérea com a obra”, de acordo com a decisão tomada ontem pelo juiz da 3ª Vara Federal Cível, Roberto Gil Leal Faria.

Após a publicação no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer na quarta-feira, segundo a Justiça Federal no Estado, o dono do imóvel, o conferente André Ricardo de Oliveira, 45 anos, terá três dias para desocupar os três andares.

Assim que isso acontecer, a prefeitura terá direito a “imissão na posse”, ou seja, tomará posse do imóvel por via judicial. Isso acontecerá do terceiro até o 10º dia após a publicação no Diário Oficial.

O juiz determinou que a administração municipal deverá contratar firma que fará os levantamentos técnicos para verificar a viabilidade de demolição e se isso não prejudicará a estrutura dos três andares inferiores.

FORÇADO

De acordo com o juiz, como não houve cooperação do proprietário, a decisão está sendo executada “de modo forçado, uma vez que o executado não adotou os procedimentos para iniciar voluntariamente a demolição do excesso”.

No dia 24 de julho, o juiz já havia determinado a entrega das chaves por Oliveira, o que, de acordo com o magistrado, não aconteceu.

Em abril, Faria determinou a demolição num prazo de 125 dias, a partir da intimação, ou seja, até o fim deste mês.

No imóvel moram mais cinco famílias, que compraram moradias do primeiro ao terceiro andar. No quarto pavimento há dois apartamentos para aluguel. No quinto, moram o conferente e sua noiva, a universitária Eliana Bessert. A cobertura também é deles.

O juiz afirmou que a Prefeitura de Vitória foi comunicada pela Infraero sobre a obra irregular. Foi constatada a aprovação de apenas três andares para a edificação.



O VILLA DI CAPRI passará por levantamentos para avaliar se a demolição não vai prejudicar os andares inferiores

## TRECHOS DA DECISÃO

### “Réu assumiu os riscos da construção”

#### “Illegal”

> “O PRÉDIO DEVE, sim, ter o acréscimo ilegal suprimido. O que está em risco é a segurança de todos que pousam no Aeródromo de Vitória”.

> “BASTA QUE UMA aeronave faça aproximação oblíqua à pista de pouso, em função do constante vento que sopra na região, para que a mesma passe por cima do prédio. Por isso o mesmo não pode ter altura superior à permitida”.

#### “Um erro não justifica o outro”

> “SEJA COMO FOR, eventual falha na fiscalização não permite que um imóvel construído irregularmente permaneça gerando risco difuso à coletividade. Invocando o ditado popular, ‘um erro não justifica o outro’”.

#### Riscos

> O RÉU SABIA que a construção do imóvel em tela era irregular. Os três

primeiros andares foram regularizados e autorizados antes do início da obra. Por que, então, não tentou regularizar os três últimos antes de construí-los?”

> “ESTOU plenamente convencido, portanto, de que o réu assumiu, conscientemente, os riscos decorrentes da construção não autorizada”.

Fonte: Processo nº 0005869-272013.4.02.5001

## Imóveis do proprietário vão ser penhorados

Além de ter que sair do imóvel para que três andares sejam demolidos, o conferente André Ricardo de Oliveira terá de enfrentar a penhora judicial do edifício e de outros dois imóveis em seu nome.

A penhora será feita em favor do Município de Vitória.

Oliveira sofrerá representação criminal no Ministério Público Federal (MPF) pelos possíveis crimes: atentado contra a segurança de transportes aéreos; lavagem de dinheiro (por não ter declarado renda e afirmar que estava desempregado “não se vislumbra meio lícito para justificar a construção de todo o imóvel envolvido, bem como a existência de outros dois”).

Sofrerá representação por “desobediência, por não ter suspenso a obra, saído do imóvel, religando ‘clandestinamente’ a energia elétrica e não entregar as chaves”.

União, MPF e Prefeitura de Vitória sofrerão “representação civil e criminal por não fiscalizarem a obra; e atentar contra a segurança de transportes aéreos”.

KADIDJA FERNANDES — 16/04/2010



PREFEITURA de Vitória

## Obstáculos Demolição de prédios e novo equipamento darão mais segurança a voos

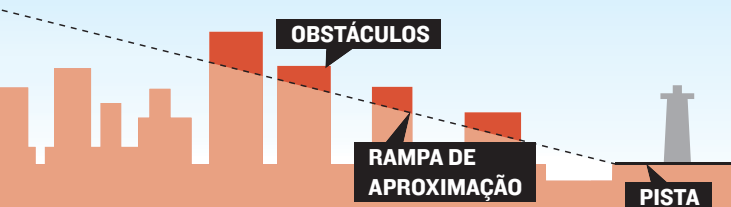
### Rampa de aproximação

É a linha de segurança imaginária que os pilotos percorrem antes de pousar



### Construções

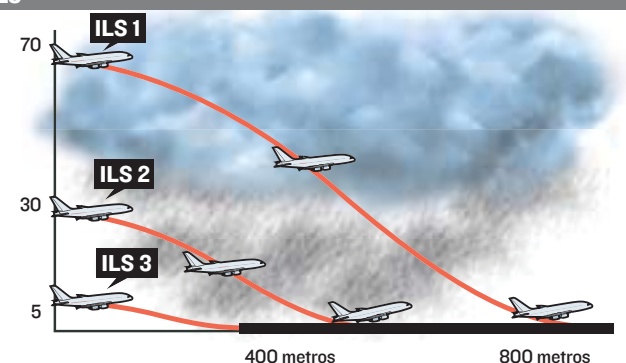
São mais de 60 prédios, um shopping, um hotel e um motel na Zona de Proteção Aeroportuária de Vitória. Os imóveis vão precisar ser sinalizados ou reduzidos



**2.054 OBSTÁCULOS** Caixas d'água, torres de celular, casas, árvores e até postes na zona de proteção aérea do aeroporto

### COMO FUNCIONA O ILS

São antenas que dão as coordenadas para o piloto, do caminho a seguir quando ele não consegue enxergar por causa do mau tempo. O aparelho dá a rota até a pista, passando coordenadas de rampa e eixo.



**COMO É EM VITÓRIA:** O equipamento usado é o GPS. Por ele, só se pode pousar se houver 500 pés de teto (152,4 metros) e 2.100 metros de visibilidade.

**ILS CATEGORIA 1:** É o que será instalado em Vitória. Em Confins (MG), por exemplo, onde é usado, é preciso ter teto de 200 pés (60 metros) e 800 metros de visibilidade.

**ILS CATEGORIA 2:** Versão mais moderna, usada em Guarulhos, Curitiba e no Galeão. A aproximação é autorizada com 100 pés de teto (30 metros) e 400 metros de visibilidade.

**ILS CATEGORIA 3:** Usado somente na Europa e nos Estados Unidos. O teto necessário chega a zero.